

“Quem me navega é o mar”

Pesquisas colaborativas em museus, memórias de encontros e trocas transatlânticas

“C'est la mer qui me navigue”. Recherches collaboratives dans les musées, souvenirs de rencontres et échanges transatlantiques / “Who navigates me is the sea”. Collaborative research in museums, memories of encounters and transatlantic exchanges

Recebido em: 10/11/2024

Aprovado em: 21/11/2025

Pascale de Robert · Brigitte Thiérion · Lucia H. van Velthem

[Sobre as autoras >>](#)

RESUMO

O artigo enfoca projetos de pesquisa colaborativa, impulsionados por demandas indígenas, e questiona seus impactos sobre o funcionamento das instituições museológicas e as metodologias de pesquisa. Baseia-se nas oficinas e encontros realizados no âmbito de três projetos que envolveram museus franceses e brasileiros, em particular o projeto Colam, que reuniu pesquisadores indígenas e não indígenas para realizar ações de reconhecimento, identificação, documentação e exposição de objetos oriundos de coleções etnográficas. As diversas edições do projeto, realizadas alternadamente em cada lado do Atlântico, assim como as experiências conduzidas pelos programas MAR e Ocara, evidenciam que a instituição museu constitui um parceiro de grande interesse para as comunidades indígenas. Em paralelo, para se transformar, o museu deve questionar e rever as metodologias de investigação e os protocolos de conservação e incorporação de acervos, com base nas demandas, na experiência e nas orientações ameríndias. O artigo discute as principais características que emergem dessas trocas de saberes, ricas em muitos aspectos, especialmente no que diz respeito à interculturalidade.

Palavras-chave: Museologia colaborativa; coleções; pesquisa intercultural; Brasil; França.

RESUMÉ

L'article analyse des projets de recherche collaborative impulsés par des demandes autochtones et questionne leur impact sur le fonctionnement des institutions muséales et les méthodologies de recherche. Il s'appuie sur les ateliers et les rencontres réalisés dans le cadre de trois projets impliquant des musées français et brésiliens, notamment le projet Colam, associant des chercheurs autochtones et non autochtones pour effectuer des actions d'inventaire, identification, documentation et exposition de collections ethnographiques. Les diverses éditions du projet, réalisées alternativement de chaque côté de l'Atlantique, ainsi que les expériences menées au sein des projets MAR et Ocara, confirment que le musée est un partenaire important pour les communautés autochtones ou traditionnelles. Parallèlement, la transformation du musée passe par une remise en question et une révision des méthodologies de recherche et protocoles de conservation et d'accueil à partir des demandes, expertises et orientations amérindiennes. L'article discute les principales pistes qui se dégagent de ces échanges de savoirs, riches par bien des aspects, en particulier en termes d'interculturalité.

Mots clés: Muséologie collaborative ; collections; recherche interculturelle; Brésil; France.

ABSTRACT

The article analyzes collaborative research projects, driven by indigenous demands, and question their impact on the functioning of museum institutions and research methodologies. It is based on the workshops and meetings held within the framework of three projects involving French and Brazilian museums, in particular the Colam project bringing together indigenous and non-indigenous researchers to carry out actions of recognition, identification, documentation and exhibition of objects from ethnographic collections. The various editions of the project, carried out alternately on each side of the Atlantic, as well as the experiences conducted by the projects MAR and Ocara, have shown that the museum institution is a partner of great interest to indigenous communities. At the same time, in order to transform itself, the museum must question and review the research methodologies and the conservation and reception protocols based on native people demands, experience and orientations. The article discusses the main characteristics that emerge from these exchanges of knowledge, rich in many aspects, especially with regard to interculturality.

Keywords: Participative museology; collections; intercultural research; Brazil; France.



Introdução

No Brasil, assistimos a uma articulação cada vez mais intensa entre os conceitos de propriedade, direitos e identidades ligados ao patrimônio cultural. Essa conexão influencia positivamente as políticas da diferença e do reconhecimento que se originaram nas lutas dos movimentos sociais, efetivados por afrodescendentes, povos indígenas e outros coletivos. A promulgação de legislações em defesa da diversidade cultural e dos patrimônios, em seus múltiplos sentidos, permitiu florescer novos sujeitos de direito coletivo (Abreu, 2012), que se conscientizaram das potencialidades do campo do patrimônio cultural. Trata-se de um recurso vital para os povos indígenas na defesa de seus direitos, nas demandas de políticas da diferença e do reconhecimento de identidades (Gallois, 2005; Cunha, 2012), quadro em que se destaca o papel desempenhado pelas instituições museológicas nacionais e os seus acervos.

Antes de tudo, é preciso lembrar que o atual protagonismo indígena nos museus é resultado de uma longa história de lutas pelo reconhecimento de direitos territoriais e de cidadania, relativos aos povos autóctones e aliados. Embora seja necessário superar muitas dificuldades, os povos indígenas procuram integrar, na atualidade, cada vez mais os museus como palcos de expressão política e artística.¹

Os museus constituem, há já algum tempo, espaços de reflexão do fazer antropológico. Originalmente, a função dessas instituições consistia simplesmente na organização de coleções de estudo. Esse colecionismo traduz o processo de formação das coleções etnográficas, que eram definidas pela sua origem: objetos criados e utilizados por povos indígenas e comunidades tradicionais (Velthem; Kukawka; Joanny, 2017), e documentadas por colecionadores e pesquisadores sem colaboração específica dos condecorados locais. Assim, os patrimônios etnográficos musea-

¹ Vários museus são emblemáticos dessas lutas no Brasil, entre eles o Museu Magüta, criado em 1991 em um contexto dos movimentos para o reconhecimento dos direitos do povo Tikuna e gerido desde então por ele, o Ponto de Memória e Cultura, criado em 1995 pelo mestre cacique Sotero para o reconhecimento étnico e a transmissão da cultura do povo Kanindé (Gomes; Kanindé, 2024); e o mais recente, o Núcleo Histórico Indígena – Musinês, inaugurado em 2024, na Bahia, com curadoria do artista Ziel Karapotó.

lizados (PEM) estabelecem e reverberam especificidades e levantam uma série de questões históricas, políticas e éticas, relacionadas com as circunstâncias nas quais foram formados e com os significados e o tratamento conferido aos seus componentes, pois, geralmente, agrupam coisas diferentes entre si em categorias que podem ser abstratas (Price, 2010; Velthem; Benchimol, 2018). Por conseguinte, diante da necessidade de reconhecimento dos valores das comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais, bem como da reescrita da sua história e reivindicação dos seus direitos, os museus constituem uma fonte de informação relevante, sobretudo quando a inexistência de arquivos escritos fragiliza os processos de reconhecimento jurídico dos direitos territoriais, por exemplo.² Ademais, a obtenção de um lugar nas instituições museais articula-se, na maioria dos casos, com a reconquista da sua própria história (como grupo social diferenciado no seio da sociedade nacional) após gerações de invisibilidade. A afirmação da voz e da representação indígena no espaço público dos museus constitui-se, também, em mais um desafio, e um caminho necessário para serem (re)conhecidos como atores na contemporaneidade (e não meramente como povos do passado). Por outro lado, do ponto de vista dos museus, fica óbvio que a inclusão da perspectiva de pesquisadores indígenas enriquece significativamente a história das coleções e das documentações referentes ao patrimônio etnográfico musealizado.

Neste artigo, pretendemos abordar algumas dessas questões com base nas experiências adquiridas durante as investigações realizadas em colaboração com conhecedores indígenas em coleções etnográficas salvaguardadas em museus. Refletir juntos sobre a transformação das metodologias de estudo e gestão dos acervos museais é necessário, pois a história das coleções, os valores a elas atribuídos e as formas de tratamento dos objetos que as compõem estão se tornando elementos importantes na mobilização política e

² No Brasil, a partir da Constituição de 1988, os processos de delimitação das Terras Indígenas e, de forma geral, a elaboração dos expedientes necessários à aplicação da lei, implicaram parcerias estreitas entre comunidades locais e antropólogos, sendo muitos deles já comprometidos com os museus por suas pesquisas. Esse fato também explica a importância das colaborações brasileiras nas discussões atuais sobre museologia participativa.

na reflexão científica que os museus geram atualmente. Tais questões reverberam um outro aspecto, conectado ao papel desempenhado nas instituições museais pelos descendentes diretos dos povos que produziram os acervos etnográficos. É preciso lembrar que, até hoje, eles possuem raramente o controle do discurso, assim como não exercem, nas práticas documentais, os seus conhecimentos acerca dos acervos (Velthem; Kukawka; Joanny, 2017).

A museologia participativa está tentando reverter esse estado de coisas, com avanços significativos na América Latina e no Brasil em particular (Girault; Orellana, 2020; Gomes; Athias, 2016; Cavignac; Abreu; Vassalo, 2022; Grupioni, 2008; Silva; Gordon 2013), mas ainda há um longo caminho a percorrer até que os museus se abram para o conhecimento não acadêmico. Tendo em vista essas observações, propomos refletir sobre a maneira como nossas práticas de pesquisa – e, portanto, nossos objetivos, nossas metodologias e as formas de usar os nossos resultados – são transformadas depois de vários anos de trabalho em conjunto. Para o presente artigo, optamos por revisitar vários projetos sobre os PEM³ para discutir as modalidades do protagonismo indígena no campo dos museus, enfocando quatro temas: inventário e cartografia dos acervos; documentação colaborativa das coleções; intercâmbios e restituição; e, por fim, as perspectivas de transformação dos museus.

Para que os museus consigam se libertar de seu passado colonial, é necessário efetivar e adotar novas práticas e metodologias. Assim, muitas dessas instituições estão, agora, convocando representantes de comunidades tradicionais para trabalhar em parceria e repensar as formas de conservação, exposição e transmissão de seus acervos. Mesmo que haja uma grande variabilidade na “colaboração” que elas realmente estabelecem, tais experiências, de fato, transformam essas instituições. Longe de protocolos rígidos, a pesquisa colaborativa precisa de flexibilidade para dar espaço a diferen-

³ Trata-se, principalmente, dos projetos Colam (Collections des Autres et Mémoires de Rencontres en Amazonie), MAR (Museus da Amazônia em Rede) e Ocara (Objets et Récits Tupinambá dans les Musées Européens), coordenados respectivamente pelas três autoras do artigo.

tes maneiras de cuidar e ouvir os objetos patrimoniais, ou de navegar nos acervos.⁴ Tudo se passa como se os museus, ou pelo menos alguns museus, estivessem se tornando laboratórios de interculturalidade, locais onde os conhecimentos de alguns encontrassem os conhecimentos de outros, e uma presença multifacetada estivesse incorporada às mais diversas coleções bem como diferentes formas de pensar e ver o mundo pudessem finalmente coexistir.

Mapear lugares e laços

Atualmente, tanto os museus antropológicos como os museus históricos são chamados a desempenhar um papel político e social de primeiro plano por meio das significações e das dimensões socio-políticas que impregnam seus acervos (Velthem, 2024). É absolutamente necessário incluir os povos indígenas e as populações tradicionais no seio da instituição a fim de se ampliar o diálogo das culturas. Empoderamento e novos significados são, então, conferidos aos movimentos de preservação cultural e de afirmação de identidades dos povos indígenas na garantia do direito à memória, fundamental na condução do diálogo intercultural (Appadurai; Breckenridge, 2007). O primeiro passo desse processo é que os povos indígenas e as populações tradicionais tenham acesso de fato aos acervos de seu interesse, embora muitos deles ignorem a existência e a localização das coleções museais, formadas em seus territórios. A pergunta “Cadê as nossas coisas? Onde estão as cestas, as esculturas, as armas, os cantos, as ferramentas ou as imagens que foram ‘confiadas’ a vocês no passado?” muitas vezes fica sem resposta. Para estabelecer um verdadeiro protagonismo indígena nos museus, é preciso realizar um trabalho sistemático de inventário e um mapeamento das coleções etnográficas espalhadas pelo Brasil, pela Europa e pelas Américas.

Muitos são os museus que disponibilizam, hoje, parte de suas coleções de forma on-line, o que torna possível estabelecer uma

⁴ Assim como cantaria o poeta: “quem me navega é o mar” (“Timoneiro”, Paulinho da Viola)

lista dos povos e comunidades “representados” em cada uma dessas instituições. Porém, no sentido inverso, ou seja, para encontrar os locais dispersos onde se encontram os objetos de um determinado povo, o exercício é bem mais complexo. É sempre um desafio, para as comunidades, reconstruir a lista dos museus que abrigam suas coleções... Alguns projetos pioneiros realizaram um trabalho exemplar nesse sentido, como o Inventário do Patrimônio Kanak (IPKD), que exigiu décadas de trabalho para localizar os objetos do povo Kanak, dispersos em instituições museológicas e coleções particulares no mundo todo (Boulay, 2021; Bertin, 2024). Outros, mais recentes, procuram mapear as coleções ou os PEM de determinadas comunidades para responder a objetivos específicos, como o reencontro de objetos xamânicos de um povo (Athias, 2023), a procura de coleções gêmeas das que foram destruídas por um incêndio (Oliveira, 2020), a reunião de documentação em nível regional (Velthem; Kukawka; Joanny, 2017) ou a localização de uma categoria de artefatos para preparar a visita de pesquisadores indígenas (Zinck; Robert; Habert, 2024).

Na mesma linha, porém ambicionando um levantamento mais sistemático e numa escala diferente, salienta-se um projeto criado durante o seminário “Antropologia e Museus: os desafios do contemporâneo”, no âmbito da 31^a Reunião Brasileira de Antropologia, na qual se deliberou sobre a execução de importante e desafiadora tarefa: desvelar as coleções etnográficas preservadas por inúmeras instituições no Brasil (Russi; Velthem; Cury, 2022). Então surgiu o projeto Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil, cujo principal propósito é identificar as instituições que salvaguardam diferentes coleções etnográficas e os grupos sociais a elas referidos, visando disponibilizar essas informações em uma plataforma de acesso virtual e livre. Essa iniciativa enfoca as coleções etnográficas de museus brasileiros, assim como os acervos sob a guarda de institutos históricos e geográficos, universidades e outras entidades e iniciativas museológicas, como as comunitárias e as particulares. Para o desenvolvimento dos levantamentos, os pesquisadores se organizaram por regiões e agregaram investigações que já estão em curso. Foram elaboradas fichas para coleta e sistematização dos dados e para a determinação das “tipologias” etnográficas

que incluem as indígenas, afro-brasileiras, de arte e cultura popular, de imigrantes e outras. Os levantamentos realizados permitiram constatar uma grande diversidade institucional, pois em um mesmo estado há museus federais, estaduais e municipais, além dos particulares, com equipes de porte e formação diferenciadas. Ainda em curso, os trabalhos relativos a esse mapeamento conduziram os participantes a questões de ordem teórico-metodológicas, inerentes à diversidade de formas de gestão museal existentes no país e, paralelamente, evidenciaram a sua grande riqueza patrimonial.

O projeto Colam, realizado entre 2018 e 2024, propunha uma abordagem metodológica transversal, multidisciplinar e multicultural.⁵ No contexto atual de renovação dos estudos sobre coleções e conhecimentos associados e do desenvolvimento de novas formas e éticas de pesquisa que integram todos os participantes envolvidos nessa pesquisa, o projeto visava, inicialmente, responder à demanda de colaboradores indígenas interessados em conhecer outros museus, depois de uma experiência de pesquisa no acervo do Museu Paraense Emílio Goeldi (Shepard et al., 2017). Localizar objetos e coleções museais que possam ser de interesse de uma equipe de pesquisadores indígenas e não indígenas é um desafio. Começamos trabalhando em dois conjuntos de objetos patrimoniais, plantas e artefatos, em duas regiões amazônicas, o Xingu e o Rio Negro, ou seja, onde tínhamos pesquisas em andamento e os indígenas haviam expressado interesse em coleções conhecidas, mantidas na França. Também queríamos fazer convergir as experiências de museologia já realizadas no Brasil com nossos colegas em Recife (Gomes; Athias, 2016) e Belém (Velthem; Kukawka; Joanny, 2017; Garcés et al., 2017; Shepard et al., 2017). Convidamos duas curadoras para se juntarem à equipe e abrirem suas coleções no Musée du Quai Branly-Jacques Chirac (MQB), em Paris, e no Museum d’Histoire Naturelle de Toulouse (MHNT).

As sessões do projeto Colam foram organizadas em três etapas: uma fase preparatória, uma oficina e uma restituição. O pri-

⁵ Os principais resultados das quatro edições do projeto Colam foram apresentados no artigo “Collections des Autres et mémoires de rencontres. Chroniques d’un projet de recherche en collaboration” (Robert et al., 2024) acessível em <https://hal.science/hal-04621100v1/document>.

meiro passo envolveu os estudantes que exploraram a história das coleções nas instituições museais parceiras; as comunidades indígenas refletindo sobre os objetos a serem estudados e os especialistas a serem convidados em prioridade; e, por fim, os pesquisadores brasileiros e franceses. A segunda etapa está no centro da maioria dos experimentos em museologia colaborativa e consiste na reunião dos participantes em uma oficina, na qual trabalham juntos para documentar os objetos selecionados. Em seguida, compartilhamos alguns dos resultados da pesquisa após cada oficina, em jornadas de estudo e encontros com o público, enquanto a documentação e as filmagens retornam às comunidades.

Ao estudar acervos no Brasil e na França, foi necessário refletir sobre objetos ou coisas que, uma vez reunidos e reconhecidos como um todo, tornam-se uma coleção de significado diverso. Nós, os estudantes e pesquisadores indígenas e não indígenas das equipes Colam, procuramos compreender a formação e as trajetórias de coleções etnográficas transpostas para as instituições patrimoniais brasileiras ou europeias, as mudanças de estatuto e o modo como se tornaram “patrimônio”, objetos políticos disputados e/ou instrumentos de múltiplos diálogos. O mapeamento das coleções, que podem ser de interesse das comunidades indígenas e das populações tradicionais, envolve o questionamento da noção de coleção, aqui entendida como um conjunto de objetos que fazem sentido como um todo, e que carregam memórias e histórias. Por exemplo, os participantes Mebêngôkre da equipe Colam escolheram estudar conjuntos de objetos (como os adornos utilizados em uma festa de nominação *memy bijôk*, os artefatos relacionados à roça *puru* etc.) que estavam espalhados em doze coleções etnográficas diferentes no museu, pelo fato de priorizar a categorização com datas de aquisição e nomes de colecionadores. Por outro lado, as referências guardadas no museu possibilitam a reconstrução dos percursos de determinados artefatos emblemáticos com base em sua documentação e nos esforços feitos ao longo do tempo para mantê-los juntos ou desmontá-los. Compreendemos que os significados dos mesmos objetos variam em diferentes contextos, históricos e contemporâneos. É preciso estudar as maneiras pelas quais alguns artefatos ou PEM foram reapropriados nos tempos modernos, por meio da mídia,

da criação literária ou artística, o discurso político, dentro de instituições museais ou à margem delas.⁶

Os objetos adquiridos de outros lugares, geralmente em contextos de colonização ou dominação, passam a ser marcadores de alteridade quando são escolhidos ou apresentados pelo museu por serem “diferentes” ou afastados dos referenciais do público. Essa determinação reforça a separação, dentro das diversas instituições museais e entre elas, entre o que seria o “nossa” patrimônio e o dos “Outros”, aqueles povos exóticos “sem história”, cavando, assim, valas, cuja profundidade medimos cada vez mais (L’Estoile, 2007).⁷ Mas aqueles “Outros” agora saíram de seu silêncio, estão fazendo com que suas reivindicações sejam escutadas, estudam as coleções dos museus brasileiros e europeus e lançam olhares de pesquisadores curiosos para esses outros “Outros”, que vieram em suas casas para tirar coisas e guardá-las *in eternam* em depósitos obscuros (Ngo Ti Nhikjê..., 2012). Em suma, as coleções podem ser vistas como “de outros” de várias maneiras (objetos vindos de outros lugares e trazidos para cá, objetos reunidos por nós e olhados por outros, objetos e humanos em interação etc). O certo é que elas sempre testemunham encontros e, às vezes, reencontros, no espaço ou no tempo.

Mapear os lugares em que estão as coleções também tem a ver com a construção de um mapa de viagens, trocas e relacionamentos passados e presentes – em suma, um mapa dos vínculos e das redes que os seres humanos sabem estabelecer por meio dos objetos.

Juntar saberes e saber-fazer

Uma vez localizadas e delimitadas as coleções a serem estudadas, foi preciso se reunir para trabalhar juntos, ou aprender e

⁶ Entre os exemplos que estudamos, as coleções de armas reunidas no passado para mostrar a “selvageria” dos Iram’raire (Chaves, 2012) foram descritas como evidências da força guerreira do povo Mebêngôkre durante as oficinas. Como será visto a seguir, o manto Tupinambá, esquecido em museus europeus, tornou-se um emblema das lutas atuais dos povos indígenas.

⁷ Rompendo esse prisma, alguns museus optaram por reunir coleções locais e exóticas na mesma instituição (como o Museum der Kulturen, em Basel) ou em salas temáticas (como o Musée des Confluences, em Lyon).

reaprender a trabalhar em conjunto. Apesar dos avanços recentes, ainda são perceptíveis em vários museus relações que decorrem da imposição dos saberes científicos sobre os sistemas de conhecimentos tradicionais. Nessa classificação museológica, os indivíduos das sociedades produtoras dos objetos coletados se configuraram [...] “como ‘outros passivos’ de um discurso científico” (Abreu 2007, p. 142). Desta forma, são colocados em relação, ou mesmo em oposição, diferentes possibilidades de leitura de um mesmo objeto de coleção, o que pode resultar na validação dos pressupostos da sociedade científico-tecnológica contemporânea sobre as culturas tradicionais, encenando relações de poder (Vieira, 2019). Como resultado dessa imposição, as vozes e visões dos produtores, como é o caso dos povos indígenas, permanecem afetadas pelas diferenças de perspectivas que só são ultrapassadas quando os museus reconhecem, de modo efetivo, os patrimônios das comunidades tradicionais e com elas estabelecem ações de cunho participativo. Ao se refletir sobre o desempenho atribuído aos museus etnográficos, constata-se que eles podem se revelar de forma positiva quando as suas práticas, tais como os processos de acessibilidade a seus acervos, correspondem às aspirações dos que estão em sua origem. Essas aspirações se ampliam na mesma medida em que a instituição é capaz de atribuir uma significação aos objetos que fazem parte de suas coleções, em uma base regida por práticas interculturais (Velthem, 2012).

Com essas preocupações em mente, o projeto Colam, que nos reuniu, estava interessado em narrar e documentar coleções em conjunto, ou seja, envolvendo museólogos, antropólogos, estudantes, professores, especialistas e representantes dos povos indígenas, em todas as etapas do trabalho. A busca de coleções foi orientada pelas demandas e interesses das comunidades com as quais estávamos trabalhando, assim como a escolha dos itens a estudar em prioridade, dessa vez orientada mais especificamente pelos interesses e competências dos pesquisadores indígenas da equipe.

Ao estabelecer atividades colaborativas de pesquisa e documentação, essas consultas em idas e vindas – entre os que estão no museu e os que estão na aldeia – são mais do que necessárias; em suma, tratava-se de uma negociação para se chegar a um consenso

sobre os objetivos e procedimentos de pesquisa para cada coleção abordada. A negociação e, portanto, o diálogo, é permanente, já que a pesquisa colaborativa não exclui a possibilidade de desacordos entre pesquisadores (Silva; Gordon, 2013) ou conflitos entre comunidades (Shepard et al., 2017). Vale ressaltar que a história das coleções, compilada antes do encontro, sempre suscitava muito interesse, permitindo que todos se preparassem melhor, concentrando a atenção em determinadas categorias de objetos ou em determinados artefatos singulares, trazendo à tona lembranças de histórias ou conhecimentos específicos.

Uma vez associadas às instituições museais parceiras, elaborada a lista de coleções e objetos a serem estudados; solicitadas as várias autorizações; e acertadas as datas da oficina, o trabalho de pesquisa e documentação nas reservas teve início. Ao lado de pesquisadores e estudantes da França e do Brasil, recebemos Kokoti Kayapó, uma mulher Mebêngôkre da Aldeia de Moikarakô (PA), acompanhada por Bepunu Kayapó, um jovem cineasta da mesma aldeia; André Baniwa, do Rio Içana, quase na fronteira com a Colômbia; e Carlos Alberto Piratapuia, de Santa Izabel, no Rio Negro. Em torno desses quatro pesquisadores, o primeiro encontro Colam foi organizado, em 2018 (Baniwa, 2024; Robert et al., 2024).

As oficinas foram realizadas durante vários dias nos acervos dos dois museus, em torno das mesas do “Rio Negro” e do “Médio Xingu”, nas quais foram dispostos os artefatos selecionados e esperados por nossos convidados; no museu do Quai Branly, por exemplo, os Kayapó-Mebêngôkre escolheram vários objetos de sete das treze coleções inventariadas para eles (Delaître; Robert, 2019). A ordem em que os objetos deveriam ser observados e estudados, o ritmo do trabalho – observação individual, em pequenos grupos ou coletivamente, consultas a outras pessoas que haviam ficado nas aldeias – foi decidido, primeiramente, pelos quatro pesquisadores ameríndios. Como nas outras oficinas do Colam que se seguiram. A maneira de documentar essas sessões de trabalho também permaneceu muito flexível, com fotografias, vídeos e gravações (em idiomas indígenas e em português) devolvidos aos pesquisadores ameríndios para seus relatórios de viagem, que na maioria das vezes eram produzidos oralmente ao retornar à aldeia.

Os encontros do Colam incluem um dia de estudo ou colóquio organizado imediatamente após as oficinas, tanto para divulgar os resultados do trabalho realizado em conjunto como para discutir com outros pesquisadores e ampliar os debates para os alunos. Durante as sessões de trabalho nos acervos, a importância das narrativas associadas às coleções foi enfatizada várias vezes, pois revelaram-se polissêmicas quando estudadas na sua historicidade (Bonnot, 2014), ou seja, antes e depois de serem musealizadas.⁸ Assim, além de suas biografias – e dos arquivos associados quando eles existem –, os artefatos do cotidiano lembram histórias de um dia ordinário ou de um itinerário técnico, os objetos xamânicos rememoram rituais passados que podem ser comparados com os atuais, enquanto as armas trazem lembranças de conflitos: cada objeto se refere a relações sociais, experiências e emoções vividas ou transmitidas, enquanto cada relato é singular e único. Essas narrativas, sejam elas escritas ou orais, antigas ou contemporâneas, legitimadas ou reinventadas, muitas vezes permanecem separadas das coleções às quais elas deveriam ser vinculadas de forma mais sistemática.

A restituição, sob a forma de jornadas de estudo também é uma oportunidade para serem discutidas novas perspectivas institucionais com museólogos, enfatizar as diferentes maneiras pelas quais os objetos e as plantas são vistos pelos povos indígenas e para discutir coleções que, quando revisitadas, podem revelar novos aspectos. O trabalho conjunto nas reservas técnicas dos mencionados museus também nos levou a refletir sobre as mudanças na forma como as coleções dos museus são enriquecidas e sobre o impacto das políticas ambientais e culturais e das legislações internacionais sobre os patrimônios, sua constituição e os conhecimentos associados.⁹ Em um momento em que a museologia colaborativa

⁸ Tal objeto, planta, coleção ou colecionador poderia suscitar longas discussões, especialmente porque os conceitos de patrimônio e patrimonialização abrangem diferentes significados (certificação oficial/valores locais, material/imaterial etc.), inclusive dentro da mesma equipe de pesquisa (Abreu, 2012; Oliveira; Grossi, 2007; Cavignac; Abreu; Vassalo, 2022).

⁹ As últimas coleções amazonenses adquiridas pelo Musée des Confluences, em Lyon, e pelo Museu de História Natural de Toulouse, por exemplo, contrastam com as coleções anteriores porque resultam de coletas participativas, excluem todo artefato com elementos animais (penas etc.) e contam com documentação numérica (filmes e áudios).

está se estabelecendo como uma prática e uma ética incontornáveis para os museus, era importante compartilhar as ideias sobre as experiências realizadas nos museus brasileiros e europeus em relação à Amazônia. As jornadas de estudo também analisaram as maneiras pelas quais o patrimônio pode ser apresentado dentro e fora do espaço do museu: a palavra falada, a literatura e a poesia, o compartilhamento digital e o cinema.

Em consonância com a oralidade, fizemos questão de organizar eventos em torno das coleções para um público mais amplo. No museu de Toulouse, por exemplo, uma performance dos quatro pesquisadores indígenas em colaboração com o contador de histórias Olivier de Robert proporcionou uma oportunidade de encenar, ouvir e discutir as histórias e reflexões sobre o trabalho indígena nos museus. O que eles disseram sobre os objetos feitos por seus longínquos ancestrais nos convida a olhar para essas “coisas” de forma diferente, ou a ouvi-las, para aprendermos uns com os outros. Ademais, suas colaborações incluem reflexões críticas sobre os museus e, consequentemente, sobre as sociedades urbanas e ocidentais que os abrigam (Ngo Ti Nhikjê..., 2012). Com base nessas histórias de objetos, mitos e materiais, técnicas e anedotas, nossos colegas indígenas também relatam maneiras de estar no mundo e de agir, já que se trata também de uma declaração política (Baniwa, 2024).

Os quatro especialistas, André Fernando Baniwa, Carlos Nery Piratapuya, Kokoti Kayapó e Bepunu Kayapó, foram convidados a fazer comentários sobre obras no palco das coleções do Quai Branly. Além de descrever os adornos de penas e outros objetos, fornecendo informações sobre seus componentes, detalhes das técnicas, da estética e dos conhecimentos envolvidos em sua confecção e as condições e significados de seu uso, os comentaristas enfatizaram a importância do contexto histórico e ritual dos objetos em exposição. Os ornamentos não são apenas relíquias, testemunhos de um passado remoto, pois ainda são usados hoje, embora de maneira diferente; as tradições não são uma mera repetição de gestos e palavras imutáveis, pois a transmissão deixa espaço para a inovação. Os conucedores indígenas também compartilharam suas impressões sobre como exibir ornamentos incompletos em

museus (como cocares de penas sem a pintura corporal e cantos associados) e sobre o que chamaram de “solidão das coisas”, sugerindo repensar as rotas de exposição e a conservação das coleções (como juntar na mesma gaveta os diferentes elementos de um mesmo indumento ou separar artefatos de povos inimigos, e visitar regularmente suas coleções museais). Ao mesmo tempo, sempre que usaram a palavra, enfatizaram a vitalidade social das sociedades indígenas atuais e destacaram a importância política de suas próprias pesquisas dentro ou com o museu. De fato, a maioria das pesquisas colaborativas insiste sobre a força do museu como palco político para as comunidades (Garcés et al., 2017), o que lhes confere uma grande responsabilidade.

Nas instituições museais, a documentação dos acervos é fundamental e, quando ela se volta para o embasamento da interculturalidade, são desenvolvidos procedimentos diversificados, tanto técnica como conceitualmente. As múltiplas significações contidas em um artefato indígena não podem ser apreendidas apenas pelas corriqueiras técnicas museológicas e antropológicas: ele suscita muito mais, mais análises e emoções, relacionadas com regimes de conhecimento, de criatividade, de constituição de indivíduos e coletivos (Velthem; Kukawka; Joanny, 2017; Lima; Coelho de Souza, 2010). Constituem, ainda, no cruzamento de experiências, de vozes e de narrativas diversificadas, enredando pessoas e coisas em uma discussão contínua (Karp; Lavine, 1991). Dessa maneira, os objetos das coleções museológicas podem se tornar parceiros nos processos de afirmação identitária indígena, pois estão relacionados à memória e ao reconhecimento de uma conexão histórica. Ao caminharem juntos no trabalho de documentação e de análise, ampliase o diálogo das culturas, componente fundamental (Price, 2010) para os museus do século XXI.

Atravessar fronteiras

O terceiro tema que nos inspirou ao longo dessas experiências de pesquisa em conjunto, e que poderia fazer parte da definição de museologia colaborativa, é a necessidade de cruzar fronteiras.

Fronteiras disciplinares, culturais, linguísticas e geográficas precisam ser inevitavelmente cruzadas para que se possa organizar e participar de oficinas e diálogos dentro dos acervos, como também com as iniciativas de devolução, retorno e restituição. Para os indígenas engajados nessas atividades, também era necessário ir além dos limites de tempo, em outras palavras, “continuar o projeto”, como era frequentemente repetido. De fato, como concluiu a equipe do Colam,¹⁰ a pesquisa colaborativa não pode ser vista como algo que não dura; os vínculos criados quando se trabalha em conjunto apontam que indivíduos, grupos e instituições se encontram engajados sem limites de tempo no mesmo “projeto”, na mesma “luta”, que não pode terminar com a abertura de uma exposição ou com um voo de retorno para casa após alguns dias de trabalho no museu. Portanto, já que, então, estávamos ligados, concordamos em nos reunir novamente para outros encontros em torno de uma ou mais coleções, de um ou de outro lado do Atlântico. Nesse sentido, é importante enfatizar que, no contexto de uma pesquisa colaborativa como a que foi concebida, o fim de uma determinada atividade não pode ser equiparado ao fim de um contrato; antes pelo contrário, marca o início de uma aliança.

A segunda edição do projeto Colam, vinculada ao IV Encontro de Museus Indígenas em Pernambuco, reuniu um número maior de pesquisadores indígenas representando os povos Tikuna, Pankararu, Tremembé, Ka’apor e Rankokamekrá, que também participaram de oficinas colaborativas na reserva do museu, seguidas de um colóquio no qual seus trabalhos foram apresentados e discutidos.

O IV Encontro de Museus Indígenas também recebeu outros pesquisadores, gestores públicos, estudantes e indígenas de vários estados do nordeste brasileiro. Nesse ambiente multicultural, as mesas-redondas discutiram ações colaborativas e a gestão compartilhada de coleções etnográficas, as estratégias dos museus indígenas e suas

¹⁰ Assim, o projeto Colam se desenvolveu ao longo de quatro edições realizadas sucessivamente em Paris e Toulouse (Colam 1 “Des collections mises en récit”) “Contando as histórias das coleções”, 2018), Recife (Colam 2 “Objetos etnográficos, plantas e narrativas: Norte/Nordeste”, 2019), Belém do Pará (Colam 3 “Plantas e objetos em coleções: trocar, conservar, significar”, 2022) e Basileia (Colam 4 “Objets épars, nouveaux récits: des collections (re)composées”, 2023) “Objetos dispersos, novas narrativas: coleções em (re)composição”.

relações com os grandes museus etnográficos e as políticas públicas em torno dos museus e dos conhecimentos tradicionais.

A edição seguinte, atrasada em razão da pandemia de covid-19, seus dramas e seus confinamentos, nos obrigou a imaginar o encontro de forma diferente. Como pensar em manusear e conversar sobre artefatos antigos ou contemporâneos sem estarmos juntos? A resposta veio de nossos colegas indígenas, acostumados a se comunicar à distância por rádio, vídeo e telefone. Assim sendo, na Reserva Técnica Curt Nimuendajú, no Museu Emílio Goeldi, onde as coleções do Médio Xingu e do Rio Negro levantavam um interesse específico para a equipe, as "oficinas" do Colam 3 foram realizadas presencialmente e de forma remota, incluindo, assim, os colegas que foram obrigados a ficar em casa. Com os ajustes metodológicos necessários, as pesquisas continuaram graças à troca de vídeos curtos dos artefatos e dos arquivos da reserva, assim como de comentários enviados em mensagens vocais e assim por diante. A tecnologia digital também desempenhou um papel importante no simpósio de restituição, que foi realizado em modo híbrido e, dessa vez, concentrou-se em coleções de plantas: conjuntos de vegetais mantidos em áreas cultivadas, receitas culinárias ou preparações rituais, bem como em herbários e bancos de sementes. Outro tema importante foi o das coleções: aspectos teóricos, como as consequências do boom digital, as trocas de conhecimento, as experiências de museus feitas por ou para indígenas e a curadoria compartilhada. Por último, mas não menos importante, os debates se concentraram na circulação de saberes, ideias e objetos, especialmente como estratégias de resistência atuais e passadas, em tempos de crises.

Cruzar fronteiras também é o lema do programa MAR, que reúne quatro instituições em um projeto conjunto. Localizado na Amazônia Oriental, o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), em Belém do Pará; o Musée des Cultures Guyanaises (MCG); o Musée Départamental Alexandre-Franconie (MAF), em Cayenne, na Guiana Francesa e o Stichting Surinaams Museum (SSM), em Paramaribo, no Suriname, efetivaram, a partir de 2010, o programa Museus da Amazônia em Rede (MAR) para desenvolver processos de documentação, de divulgação e de acessibilidade virtual no campo do patrimô-

nio e da museologia (Velthem; Kukawka; Joanny, 2017). Os museus do programa MAR uniram-se a partir de três indicadores: coleções etnográficas assemelhadas; um território comum e transfronteiriço; e objetivos compartilhados, voltados para a organização e o desenvolvimento de uma prática colaborativa no campo da documentação e extroversão de suas respectivas coleções (Jean-Louis; Putten; Velthem, 2014). Essas coleções são múltiplas, e, assim, as instituições referidas preservam em Belém, Caiena e Paramaribo acervos provenientes de povos indígenas Wayana, Aparai, Tiriyó, Kachuyana, Galibi, Kali’na, Wajãpi, Karipuna, Lokono, Parikwene (Palikur) e Teko (Emerillon), e, também, de populações Bushinenge: Saamaká, Ndyuka, Kwinti, Aluku e Paramaka.

No quadro do programa MAR, foram realizadas ações conjuntas para a unificação das práticas museológicas e a criação de ferramentas metodológicas, tais como um vocabulário controlado, com o objetivo de normatizar e aprofundar a documentação – histórica, etnográfica, museológica, dos respetivos acervos (Velthem; Kukawka; Joanny, 2017). Neste sentido, foram organizadas atividades de formação e discussão que reuniram os técnicos dos museus, assim como encontros transfronteiriços, conectados ao tema do patrimônio e destinados também aos atores locais: lideranças e associações indígenas, professores e artesãos.

As coleções etnográficas constituem o eixo central do programa MAR. Na formulação do programa, considerou-se o fato de que as pessoas que produziram e posteriormente venderam, trocaram ou cederam as peças dos acervos dos museus participantes não têm a possibilidade, no presente, de acessá-los. Para mudar essa situação, objetivou-se a aproximação desses museus com as populações indígenas e bushinenge, por meio da acessibilidade às suas coleções, fortalecendo o diálogo intercultural. Para a concretização desse objetivo, esforços foram canalizados a fim de permitir o acesso virtual aos acervos, tanto para as populações de onde se originaram como para um público mais amplo. Neste particular, o interesse do Programa MAR conecta-se a uma adaptação da prática museológica na visibilização de acervos de bens culturais, visando desencadear, nas populações da região do Planalto das Guianas, múltiplos processos de reapropriação de seus patrimônios musealizados, assim como

auxiliá-las na articulação de projetos de documentação e de revitalização cultural (Jean-Louis; Putten; Velthem, 2014).¹¹

Transformar o museu

Mapeando instituições museais, documentando coleções etnográficas e atravessando fronteiras juntos, em equipes multiculturais, acompanhamos as mudanças que atravessam a instituição Museu na atualidade. As experiências museológicas, múltiplas e diversas, tendem a mostrar que o protagonismo indígena e os processos colaborativos e participativos têm o poder de revolucionar os museus. Para abandonar o museu colonial (Soares, 2024) e construir um museu que seja verdadeiramente um lugar de encontros, uma “zona de contato” (Clifford, 1997), precisamos seguir os passos e escutar as vozes de novos guias, por exemplo, revisitando as coleções etnográficas com pesquisadores, parceiros ou xamãs indígenas.

Na mais recente edição do projeto Colam, voltamos às coleções brasileiras depositadas em instituições museológicas europeias. Numa versão mais intimista, com número menor de participantes do que o dos encontros brasileiros, e nos moldes da “viagem em conjunto” adotada para o Colam 1, acompanhamos Glicéria Tupinambá em suas pesquisas sobre mantos de penas e outros objetos antigos Tupinambá na França, Holanda e Suíça, pois já havíamos trabalhado com Glicéria em várias ocasiões anteriores.¹² Doutoranda em Antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro, ela também é artista plástica e está envolvida com sua comunidade, Serra do Padeiro (BA), na luta pelo reconhecimento dos direitos indígenas (O manto..., 2021).

¹¹ As tecnologias da informação possibilitaram a criação de um site na internet (amazonian-museum-network.org), que disponibiliza um catálogo virtual contendo fotos digitalizadas e referências que identificam cada um dos objetos das coleções selecionadas, garantindo a acessibilidade de parcela dos acervos dos museus envolvidos no programa MAR.

¹² No âmbito do projeto Ocara da Universidade Sorbonne Nouvelle e com o laboratório PALOC do IRD (Institut de Recherche pour le Développement) no Museum National d’Histoire Naturelle, o Colam 4 foi organizado em colaboração com duas outras instituições, a Universidade de Leiden e o Museum der Kulturen na Basileia.

Glicéria Tupinambá reconstituiu a técnica de confecção do manto dos Tupinambá, objeto ritual utilizado até o século XVI, do qual restaram apenas alguns exemplares de prestígio em museus europeus (Cf. Velthem, 2024; Thiérion; de Robert, 2026). A partir de arquivos históricos e iconográficos, de relatos da tradição oral e de uma rede pluridisciplinar e internacional de pesquisadores indígenas e não indígenas com o projeto Ocará, ela está trabalhando no inventário e no estudo de objetos pertencentes ao povo Tupinambá, que foram transportados para a Europa nos primeiros tempos da colonização, pelo príncipe Maurício de Nassau, entre outros. A última edição do Colam foi organizada em torno das problemáticas específicas de Glicéria (reconstituir uma história da presença Tupinambá no velho continente, comunicar com os objetos-seres conservados nos acervos) com duas oficinas, uma no Tropenmuseum de Amsterdã e outra no Museum der Kulturen da Basileia, e uma mesa-redonda sobre o tema “Objetos dispersos, novas narrativas: coleções em (re)composição”. Consideramos que a trajetória de Glicéria Tupinambá é paradigmática das trajetórias estudadas neste artigo. Esquematizando, a redescoberta do patrimônio Tupinambá no âmbito da exposição, apresentada no ano 2000 em São Paulo, dinamizou as lutas da comunidade Tupinambá da Serra do Padeiro (BA), incentivando o processo de retomada e pedido de reconhecimento de sua terra enquanto Território Indígena. Mais tarde, o encontro pessoal de Glicéria com o manto do Museu do Quai Branly foi uma revelação, que a levou a estudar as coleções como antropóloga e historiadora, bem como as iconografias, para lançar um novo olhar na documentação das coleções históricas. Hoje, sua atuação como pesquisadora, artista e ativista tem um papel decisivo no que podemos chamar de transformação dos museus: abrindo espaço para outras formas de colaboração, restituição e metodologias de estudo e compreensão dos objetos em sua materialidade e imaterialidade (Tupinambá; Thiérion, 2024).

As visitas de membros de povos indígenas a museus e suas pesquisas, análises, saberes e ensinamentos levantam questões, não apenas sobre as narrativas das exposições, como também sobre as formas de armazenar e conservar artefatos que anteriormente haviam sido removidos de seus territórios. No Museum der Kultu-

ren, na Basileia, para onde fomos convidados a estudar o manto de penas conservado lá, os pesquisadores dos povos de origem foram muito bem recebidos. Com Glicéria Tupinambá, tratava-se também de participar, a partir de uma perspectiva decolonial, da valorização do conhecimento científico indígena e das etapas de co-construção de conhecimentos museológicos. Debatemos os desafios ora colocados por essas colaborações entre povos indígenas e instituições museais e de pesquisa, bem como as (des)ordens e (re)arranjos que podem ser necessários para construir outros significados nas relações com e entre os “objetos” do museu.

A questão da metodologia, com uma postura reflexiva e crítica em nossa pesquisa colaborativa, continua sendo uma preocupação central para o nosso projeto Colam, de acordo com os objetivos do projeto Ocara mencionado. Além do necessário reconhecimento dos aportes dos povos indígenas na construção das ciências, precisamos questionar nossas formas de fazer ciência e de conduzir nossas pesquisas, especialmente nos museus, para que estes se tornem locais de encontro e se abram uns para os outros, para a materialidade e a imaterialidade das coisas. Precisamos quebrar ou “desmontar as vitrines” (Soares, 2024, p. 6) que “impõem uma estreita rede de significado unívoco onde os objetos, e também o visitante, ficam presos” (Bensa, 2016, p. 132). Nesse sentido, foi importante discutir a trajetória exemplar de nossa colega brasileira Glicéria Tupinambá e o destino extraordinário dos mantos de penas de seus ancestrais, agora “redescobertos”, o que permite repensar tanto os museus quanto a prática de pesquisa. Essa última versão do Colam diferencia-se das anteriores na medida que ela foi motivada pelas demandas específicas formuladas individualmente por Glicéria Tupinambá dentro do seu projeto de pesquisa pessoal. O nosso papel consistiu em mediar ou possibilitar os encontros, ouvir e olhar, questionar e ser questionadas, de seguir passos (Thiéron; de Robert, 2026).

Nesses exercícios de museologia colaborativa, onde cada um tenta “ver o invisível” (Garcés; Karipuna, 2021) do outro, são produzidos resultados inesperados, pistas e hipóteses que abrem sempre novas perspectivas e colaborações; ao final de cada reunião, surgiram planos para reencontros a serem organizados de um lado

ou outro do oceano, para estudar uma ou outra coleção com novos especialistas etc. Os principais resultados tinham um cunho metodológico, não apenas porque cada oficina era transformada em um exercício de aprendizado mútuo, como também porque aprendemos a lidar com a distância ou a ausência para trabalharmos juntos. As equipes foram formadas e transformadas de acordo com interesses, locais, disponibilidade, afinidades e convites, à medida que os museus se abriam para experiências semelhantes. Ao mesmo tempo, cada vez mais os povos indígenas e as comunidades tradicionais no Brasil e em outros países estão se aproximando dos museus, construindo novas coleções para seus próprios museus, ou para outros, em suma, com a intenção de participar da “pesquisa, coleta, conservação, interpretação e exibição do patrimônio tangível e intangível”. Embora as coleções etnográficas sejam o resultado de intercâmbios, elas também continuam a provocar encontros, às vezes com séculos de distância. Nessas condições, os antigos museus, já cheios de coisas e agora abertos aos saberes e aos gestos dos “Outros”, pessoas daqui e de outros lugares, podem transformar-se em profundidade.

Conclusão: diálogos possíveis

Exposições como *Dja Guata Porã* (Rio de Janeiro indígena), no Museu de Arte do Rio de Janeiro (2017), deram início a um ciclo de curadorias indígenas. Hoje, essas parcerias se multiplicam, nas grandes instituições do Brasil e do exterior. Em 2025, contamos com três grandes exposições dedicadas aos povos da Amazônia, à sua arte e aos seus saberes em museus europeus de prestígio.¹³ Em 2024, a arte indígena contemporânea brasileira foi consagrada na 61^a Mostra Internacional de Veneza. Podemos falar de uma verdadeira revolução: o pavilhão do Brasil, rebatizado Pavilhão Hähawpuá (em Tupi antigo) apresentou uma exposição com uma curadoria

¹³ *Amazonias. El futuro ancestral*, no CCCB de Barcelona, *Amazonies*, no Musée des Confluences de Lyon, *Amazônia, Créations et futurs autochtones*, no MQB de Paris.

coletiva,¹⁴ o painel monumental realizado pelo coletivo Mahku, na fachada do pavilhão principal da Bienal, e, mais recentemente no espaço expositivo do Museu Goeldi, acolheram e acolhem os visitantes. Esses são símbolos fortes de uma mudança para um maior protagonismo indígena nos museus. A presença de pesquisadores, artistas e curadores indígenas é fruto de uma luta de afirmação política, e nem sempre é fácil vencer os obstáculos. Vale lembrar que a antropóloga e primeira curadora indígena, Sandra Benites, em 2022, pediu demissão do seu cargo no Masp após a instituição se recusar a expor um conjunto de fotos selecionadas para a mostra *Histórias brasileiras*. Por outro lado, a restituição de um dos mantos conservados na Dinamarca não pode ser desvinculada da atuação das comunidades Tupinambá do sul da Bahia.

Para concluir, convém lembrar que, nesses processos de transformação do museu, as iniciativas de devolução, retorno, restituição ocupam um lugar de destaque, até porque postulam que o diálogo é possível, e, sobretudo, necessário. Iniciativas que promovem a acessibilidade de coleções salvaguardadas em museus e instituições brasileiras ampliaram-se exponencialmente com a possibilidade, por meio de tecnologias da informação, de criar e disponibilizar catálogos virtuais e sites na internet. Inúmeras instituições se dedicaram a promover essa forma de restituição virtual, entre as quais o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), que lançou recentemente a *Brasiliana Museus*, plataforma on-line gratuita destinada a conectar e disponibilizar ao público acervos de museus brasileiros. Outras iniciativas como o projeto “Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil” e o programa “Museus da Amazônia em Rede” também se engajaram nessa via.

O diálogo intercultural no contexto museal envolve tanto os interesses classificatórios e documentais dos técnicos como as políticas afirmativas das sociedades indígenas em um arranjo multifacetado (Velthem; Kukawka; Joanny, 2017). Programas dedicados a esse diálogo se pautam por um princípio museológico que envolve ações de valorização das culturas indígenas. Ao serem implantados nos museus

¹⁴ *Ka'a Püera: Nós somos pássaros que andam*, com a curadoria dos artistas Arissana Pataxó, Denilson Baniwa e Gustavo Caboco. As obras de Glicéria Tupinambá, Olinda Tupinambá e Ziel Karapotó representaram o Brasil.

etnográficos, devem integrar os posicionamentos dos próprios detentores no controle dos mecanismos de formação, de documentação e de divulgação dos acervos, possibilitando que sejam mais facilmente apropriados, conceitual e politicamente, pelas comunidades tradicionais engajadas em processos de rememoração individual e comunitária (Gallois, 2011; Fereira; Kukawka, 2011).

Certos povos, como vimos, colaboram com os museus, com o objetivo de recuperar os seus direitos e o seu patrimônio, como forma de reforçar a sua identidade e reconstruir a sua memória. O pesquisador Autaki Waurá, morador da Terra Indígena Batovi/Xingu, no Mato Grosso, oferece um exemplo singular ao idealizar um projeto de museu comunitário não urbano. Essa é mais uma iniciativa que encontra ecos e variantes em todas as regiões do Brasil. Reencontrar técnicas ancestrais é um dos focos das pesquisas colaborativas dos Kayapó Mebêngôkre nos acervos. A preservação do patrimônio linguístico também está em pauta por meio de propostas com a exposição itinerante *Nhe’ Porã: memória e transformação*, idealizada em 2022 pelo Museu da Língua Portuguesa (São Paulo), que contou com a curadoria da artista indígena Daiara Tukano.

Assim sendo, seriam efetivados movimentos institucionais afirmativos no sentido de garantir a acessibilidade a suas coleções e, paralelamente, o reconhecimento dos saberes dos povos indígenas e comunidades tradicionais em sua gestão. Mesmo sendo mais adiantada no Brasil e na América Latina (Girault; Orellana, 2020), essa tendência se afirma no mundo todo. A elaboração de metodologias e procedimentos específicos, como se nota nos museus do norte da Europa, da Alemanha e da Suíça, procura regulamentar a gestão colaborativa, assim como facilitar o acesso às coleções e efetivar eventuais restituições. Conselhos consultivos, como o Conselho Aty Mirim do Museu das Culturas Indígenas (MCI), participam da construção de políticas que respeitam os interesses dos povos indígenas. A carta elaborada e entregue à Unesco, em junho de 2025, em Paris,¹⁵ lista medidas facilitadoras e integrativas que

¹⁵ Carta elaborada intitulada “Expressões culturais tradicionais e experiências museográficas no século XXI”, organizada pela Universidade Sorbonne Nouvelle, pelo museu nacional dos povos autóctones do Brasil e a Unesco, em Paris (25-27 de junho de 2025).

objetivam mudar as políticas públicas e incentivar os museus a renunciarem à sua supremacia.

A reflexão em torno das restituições, materiais ou virtuais, como demonstram as pesquisas e os convênios entre comunidades e pesquisadores autóctones (Athias, 2019), abre possibilidades inéditas para facilitar o acesso às coleções e criar relações horizontais, nas quais a noção de durabilidade da colaboração assume um papel fundamental, como se verifica na atuação do Museu Paraense Emílio Goeldi, que se empenha em organizar regularmente oficinas interculturais no seu acervo.

As instituições museais extrapolam, nesse sentido, o fazer museológico tradicional que visa, sobretudo, à preservação material das coleções, abrindo-se para novas dimensões desses fazeres, ampliando os horizontes de reconfiguração documental bem como dos conhecimentos e das sociabilidades em seus espaços (Velthem; Benchimol, 2018).

A multiplicação de iniciativas ambiciosas demonstra a permeabilidade das instituições que procuram estabelecer um diálogo duradouro para atender às demandas dos povos e das organizações indígenas, como acolhendo, por exemplo, os “invisíveis” (Garcés; Karipuna, 2021). Os cuidados necessários para a cura de certos objetos entram em conflito com as normas de conservação rígidas dos museus, exigindo uma compreensão sensível e a flexibilidade necessária para acolher manifestações do invisível, com a presença de curadores e espíritos que demandam novos arranjos dos acervos.¹⁶

Muito além da conservação de artefatos, os pesquisadores indígenas indicam e abrem novos caminhos para fazer ciência e repensar nossas relações com os “Outros” sejam eles humanos, objetos, plantas, ou mesmo entidades invisíveis, reconhecidos todos como “ativos”.

16 Essas demandas, que desafiam o racionalismo ocidental, também questionam a noção de coleção como mera sacralização do passado ao integrarem objetos modernos que testemunham os processos de resiliência, apropriação, mudança.

Referências

- ABREU, Regina. Patrimônio: ampliação do conceito e processos de patrimonialização. In: CURY, Marília Xavier; VASCONCELLOS, Camilo de Mello; ORTIZ, Joana Montero (coord.). *Questões indígenas e museus: debates e possibilidades*. Brodowski, SP: Acam Portinari/MAE-USP/SEC, 2012. p. 28-40.
- ABREU, Regina. Tal Antropologia, qual museu? In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário; SANTOS, Myrian Sepúlveda (org.). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: MinC, 2007.
- APPADURAI, Arjun; BRECKENRIDGE, Cecile. Museus são bons para pensar: o patrimônio em cena na Índia. Tradução de Claudia M. P. Storino. *MUSAS*, Brasília, n. 3, p. 10-26, 2007.
- ATHIAS, Renato. Colecciones etnográficas, cosmopolíticas de la memoria y pueblos originarios del río Negro en los museos. In: ESPINA-BARRIO, A.; CORRÊA, L. N.; SALVADO, P. M. (ed.). *Territorios, migraciones y fronteras en Iberoamérica*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2023. p. 229-247.
- ATHIAS, Renato. Coleções etnográficas, povos indígenas e repatriação virtual: novas questões, velhos debates. In: OLIVEIRA, João Pacheco de; SANTOS, Rita de Cássia Melo (org.). *De acervos coloniais aos meus indígenas: formas de protagonismos e de construção da ilusão museal*. 1. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019. v. 1, p. 337-364.
- BANIWA, André Fernando. Artes e culturas indígenas: pensamentos desde museus ultramar. Amazonies mises en musées. Échanges transatlantiques autour de collections amérindiennes. *Cultures-Kairós*, Paris, n. 12, 2024.
- BENSA, Alba. *El fin del exotismo: ensayos de antropología crítica*. Zamora, Michoacán : El Colegio de Michoacán ; Secretaría de Cultura, 2016.
- BERTIN, Marion. Le patrimoine kanak dispersé: construire une souveraineté patrimoniale? *Journal de la Société des Océanistes*, n. 158-159, p. 137-150, 2024.
- BONNOT, Thierry. *L'attachement aux choses*. Paris: CNRS éditions, 2014.
- BOULAY, Roger. L'inventaire du patrimoine kanak dispersé. *La Lettre de l'OCIM*, n. 196, p. 50-55, 2021.
- CAVIGNAC, Julie; ABREU, Regina; VAS-SALLO, Simone (org.). *Patrimônios e museus* [recurso eletrônico]: inventando futuros. Brasília, DF: ABA Publicações; Natal: EDUFRN, 2022.
- CHAVES, Carlos Eduardo. *Nas trilhas Irã Amrânh. Sobre história e cultura material Mebêngôkre*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- CLIFFORD, James. *Museums as contact zones in routes, travel and translation in the late twentieth century*. London: Cambridge; Harvard Press, 1997. p. 188-219.
- CUNHA, Maria Manuela Carneiro da. Questões suscitadas pelo conhecimento tradicional. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 51, n. 1. p. 439-464. 2012.
- DELAÎTRE, Anouk; ROBERT, Pascale de. De l'Amazonie Brésilienne aux Musées Français: parcours de collections et processus de légitimation. *Revista Anthropologicas*, v. 30, n. 2, p. 38-62, 2019.
- FÉREIRA, Jean Paul; KUKAWKA, Katia. Recuperação do patrimônio. A situação atual e propostas de ação concertada na Guiana Francesa. In: FOUCK, S. Mam Lam; HIDAIR, S. (ed.). *La question du patrimoine en Guyane*. Matoury: Ibis Rouge Editions, 2011. p. 123-136.
- GALLOIS, Dominique. De sujets à objets: défis de la patrimonialisation des arts et savoirs indigènes. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (ed.). *Brésil indien: les arts des Amérindiens du Brésil*. Paris: Réunion des Musées Nationaux, 2005. p. 45-53.
- GALLOIS, Dominique. Patrimônio indígena: da cultura “outra” à cultura “para si”. In: THYS, M. (org.). *Índios no Brasil*. Bruxelles: Anvers; Ludion: Europalia, 2011. p. 29-46.

- GARCÉS, Claudia López et al. Conversações desassossegadas: diálogos sobre coleções etnográficas com o povo indígena Ka'apor. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém do Pará, v. 12, n. 3, p. 713-734, 2017.
- GARCÉS, Claudia Lopéz; KARIPUNA, Suzana. “Curadorias do invisível”: conhecimentos indígenas e o acervo etnográfico do Museu Paraense Emílio Goeldi. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 10, p. 101-114, 2021.
- GIRAULT, Yves; ORELLANA, Isabel (org.). *Muséologie participative, sociale et critique*. Santiago do Chile: Ediciones Museo de la Educación Gabriela Mistral, 2020.
- GOMES Alexandre; KANINDÉ, Suzenalson. Cacique Sotero: mestre da Museologia Indígena no Brasil. *Cultures-Kairós* [online], Paris, [Amazonies mises en musées. Échanges transatlantiques autour de collections amérindiennes], 2024. Disponível e: <https://revues.mshparisnord.fr/cultureskairos/pdf/2171.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2025.
- GOMES, Alexandre; ATHIAS, Renato (org.). *Coleções etnográficas, museus indígenas e processos museológicos*. Recife: EDUFPE, 2016.
- GRUPIONI, Luis Benzi. Os museus etnográficos, os povos indígenas e a antropologia: reflexões sobre a trajetória de um campo de relações. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia-USP*, Supl. 7, p. 21-33, 2008.
- JEAN-LOUIS, Marie Paule; PUTTEN, Laddy van; VELTHEM, Lucia. H. van (ed.). *Patrimônio ligado*: uma exposição da Rede de Museus da Amazônia. Caiena: Musée des Cultures Guyanaises, 2014.
- KARP, Ivan; LAVINE, Steven D. (ed.). *Exhibiting cultures. The poetics and politics of museum display*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1991.
- L'ESTOILE, Benoit de. *Le Goût des Autres: de l'exposition coloniale aux arts premiers*. Paris: Flammarion, 2007.
- LIMA, Edilene Coffaci; SOUZA, Marcela Coelho de. Apresentação. In: LIMA, Edilene Coffaci; SOUZA, Marcela Coelho de (org.). *Conhecimento e cultura: práticas de transformação no mundo indígena*. Brasília: Athalaia, 2010. p. 7-13.
- NGO TI NHIKJÉ musées miroirs. [S. I.: s. n.], 2012. 1 vídeo (21 min). Documentário de Bepunu Kaiapó. Disponível em: <https://www.canal-u.tv/chaines/ird/musees-miroirs>. Acesso em: 6 dez. 2025.
- O MANTO é o território tupinambá. [Oxford: University of Manchester], 2021. 1 vídeo (17 min). Curta-metragem de Glicéria Tupinambá. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=C-noy88m00nc&t=29s. Acesso em: 30 maio 2023.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Perda e superação. In: SANTOS, Rita de Cássia Mello (org.). *No coração do Brasil: a expedição de Edgard Roquette-Pinto à Serra do Norte (1912)*. Rio de Janeiro: SEE: Museu Nacional/UFRJ, 2020. p. 7-23.
- OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de; GROS-SI, Mirian. A ABA e as pesquisas sobre o patrimônio cultural. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (org.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 7-10.
- PRICE, Sally. Culturas em diálogo: opções para os museus no século XXI. In: DUFRÊNE, Thierry; TAYLOR, Anne-Christine (org.). *Canibalismes disciplinaires: quand l'histoire de l'art et l'anthropologie se rencontrent*. Paris: Musée du quai Branly/INHA, 2010. p. 269-278.
- ROBERT, Pascale de et al. Collections des Autres et mémoires de rencontres. Chroniques d'un projet de recherche collaborative. *Cultures-Kairos: Revue d'anthropologie des pratiques corporelles et des arts vivants*, Paris, p. 137-162, 2024.
- RUSSI, Adriana; VELTHEM, Lucia H. van; CURY, Marília Xavier. Mapeamento das coleções etnográficas no Brasil: três relatos de um percurso em formação. In: CAVIGNAC, Julie; ABREU, Regina; VASSALLO, Simone (org.). *Patrimônios e museus* [recurso eletrônico]: inventando futuros. Brasília, DF: ABA Publicações; Natal: EDUFRN, 2022.
- SHEPARD, Glenn et al. Objeto, sujeito, inimigo, vovô: um estudo em etnomuseologia comparada entre os Mebengokre-Kayapó e Baniwa do Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 12, n. 3, 2017, p. 765-787.

SILVA, Fabíola; GORDON, Cesar. Anthropology in the museum reflections on the curatorship of the Xikrin Collection. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, v. 10, p. 425-468, 2013.

SOARES, Bruno Bralon. *The Anticolonial Museum. Reclaiming Our Colonial Heritage*. London; NY: Routledge, 2024.

THIÉRION, Brigitte; DE ROBERT, Pascale. Sur les pas de Gliceria: la quête du grand oiseau. In: ADELL, Nicolas; PRAYSSAC, Sébastien. *Patrimoines vagabonds. Enquêtes autour de patrimonialisations complexes*. Toulouse: PUM, 2026.

TUPINAMBÁ, Glicéria; THIÉRION, Brigitte. Entrevista. Paris, 2024.

VELTHEM, Lucia H. van. Deslumbramentos e reviravoltas: artes indígenas e exposições. *MODOS: Revista de História da Arte*, Campinas, v. 8, n. 2, p. 335-358, 2024.

VELTHEM, Lucia H. van. O objeto etnográfico é irredutível? Pistas sobre novos sentidos e análises. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 7, n. 1, p. 51-66, jan.-abr. 2012.

VELTHEM, Lucia H. van; BENCHIMOL, Alegria. Museus, coleções, exposições e povos indígenas. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 24, p. 468-486, 2018.

VELTHEM, Lucia H. van; KUKAWKA, Katia; JOANNY, Lydie. Museus, coleções etnográficas e a busca do diálogo intercultural. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 12, n. 3, p. 735-748, 2017.

VIEIRA, Mariane Aparecida do Nascimento. Dja Guata Porã: o rio indígena que desaguou no MAR. *Horizonte Antropológico*, Porto Alegre, ano 25, n. 53, p. 227-256, 2019.

ZINCK, Margot; ROBERT, Pascale de; HABERT, Élisabeth. A propos d'une cartographie de collections amazoniennes en France: questions méthodologiques et perspectives. *Cultures-Kairos: Revue d'anthropologie des pratiques corporelles et des arts vivants*, Paris, p. 232-235, 2024.

Pascale de Robert | Doutora em Antropologia Social (EHESS Paris, França) e em Ecologia tropical (ULA Mérida, Venezuela), é pesquisadora do Institut de Recherche pour le Développement (IRD) no laboratório Paloc, e docente no MNHN na França e no PPGDS do MPEG no Brasil. Fez pesquisas com indígenas Mebêngôkre, estuda metodologias colaborativas (museologia, cartografia), mudanças socioambientais e mobilizações indígenas. Coordena o projeto franco-brasileiro Colam sobre coleções etnográficas em espaços museológicos e coleções de plantas em espaços cultivados. E-mail: pascale.derobert@ird.fr | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3751759325573833> | Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4225-4864>.

Brigitte Thiérion | Doutora em Literatura Brasileira, professora emérita da Sorbonne Nouvelle (2013-2024). Membro do Crepal EA3421; membro associado do Erimit (Rennes 2), e do Seminário Internacional Mundos Indígenas (Coimi). Coordenadora do projeto Ocara Bordunas França (Ocara Massues France) em cooperação com o MAC/USP. Desenvolve pesquisas sobre representações literárias do espaço americano e da Amazônia; relações história e ficção na obra de Márcio Souza; artes e literaturas indígenas (Brasil e Quebec); ativismo de mulheres indígenas na arte, literatura e política; museologia participativa. E-mail: brigitte.thierion@free.fr | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5524155896209676> | Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3171-0999>

Lucia H. van Velthem | Museóloga - Unirio (1972); Doutora em Antropologia Social pela USP (1995); pós-doutora EREA-CNRS – França (2006). Pesquisadora emérita do Museu Paraense Emílio Goeldi – MCTI; curadora adjunta da Coleção Etnográfica e professora do PPGDS do MPEG. Vice-presidente do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé). Pesquisas em Etnologia Indígena entre os Wayana e Aparai – Norte do Pará; Baré e Baniwa – Noroeste do Amazonas. Relatórios para delimitação das Terras Indígenas Rio Paru d’Este – Pará (1984) e Jurubaxi-Téa – Amazonas (2014). Publicação de 62 artigos e cinco livros destaque para: *O belo é a fera. Estética da produção e da predação entre os Wayana*. Lisboa: Assirio e Alvim, 2003. E-mail: luciavelthem@museu-goeldi.br | Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2078126182520381> | Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2372-3482>.

[«< Voltar ao início](#)